

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA

Em 1977, quatro estudantes de Belo Horizonte participaram do Curso de Indigenismo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, em Belém do Pará, e voltaram com a proposta de criarem uma entidade civil de apoio ao índio, tendo como referência a recém criada ANAI - Porto Alegre - que iniciava uma nova caminhada até então desconhecida nos meios indigenistas brasileiros.

Do regresso a Belo Horizonte, começaram a surgir discussões de como encaminhar o movimento e contatos com pessoas envolvidas à causa. Dessas discussões participaram estudantes, professores da UFMG e religioso da região.

Inicialmente a proposta foi criar um grupo de estudos, principalmente da situação regional, já que os trabalhos publicados eram poucos, e pessoas envolvidas com os povos indígenas da região não existiam. Paralela às discussões, surgiu a idéia de promover um seminário que despertasse o interesse do povo mineiro à causa indígena, e desta forma criar um grupo mais forte que pudesse apoiar os índios em suas lutas. A partir das discussões de como encaminhar o seminário foram chegando mais pessoas interessadas no assunto e dispostas a concretizar o projeto.

Nos dias 24 e 25 de agosto de 1978 foi então realizado em Belo Horizonte o seminário com a participação de Darcy Ribeiro, Carmen Junqueira, Egydio Schwade e D. Tomás Balduino. O seminário teve grande repercussão não só em Belo Horizonte mas em todo país, pois discutiu-se o projeto de emancipação que o então Ministro do Interior do Governo Geisel - Sr. Maurício Rangel Reis, estava tramitando em seu Ministério e na Presidência da República. A proposta de emancipação era um verdadeiro documento etnocida que foi temporariamente "engavetado" surgindo agora na forma de "estadualização" proposta pela Funai.

Após o seminário, o Grupo cresceu, mas sempre com maior participação de estudantes que, de certa forma, não tinham grandes experiências em nível de organização, faltando-lhes ainda um respaldo para as denúncias das lutas indígenas que então começaram a se encaminhar no país.

Foram várias as discussões para a legalização do Grupo, entretanto não concretizadas.

Durante sua existência, o Grupo procurou acompanhar e colaborar com as reivindicações dos grupos indígenas nacionais e especificamente os das Regiões Leste e Nordeste. As principais caminhadas que acompanhamos foram:

- A retomada de terras dos índios Tupiniquim e Guarani de Caieira Velha, no Espírito Santo, que viviam ameaçados pela multinacional Aracruz Celulose de perderem suas terras. A empresa alastrou o eucalipto por quase toda a área, deixando apenas uma mata que os índios recuperaram como de sua propriedade. Hoje, os Tupiniquim e Guarani demarcaram sozinhos suas terras e estão tentando o reconhecimento delas pelo órgão oficial - FUNAI. A Aracruz Celulose vem tentando através da FUNAI "negociar" os eucaliptos que estão dentro da área indígena.

- Em agosto de 1979 elementos do Grupo fizeram uma visita à Fazenda da Guarani, no município de Carmésia, onde constataram a dura realidade de que o local, que fora permutado pela FUNAI e Governo do Estado de MI

nas Gerais pela área original e legal dos índios Krenak no município de Resplendor, era então uma colônia reeducacional indígena, ou seja - PENITENCIARIA INDÍGENA, onde os índios considerados "delinquentes" (quem os julgava?) eram tidos como detentos até que se "recuperassem". A denúncia foi levantada em todo o país e o então presidente da FUNAI, Sr. Ademar Ribeiro da Silva, esteve na área negando a existência da prisão. Entretanto, alguns aspectos até hoje não foram esclarecidos e tudo indica que a Fazenda Guarani continua tendo funções ilegais.

Por que na Fazenda Guarani encontram-se índios de várias tribos, e justamente aqueles que têm suas terras invadidas? Ainda no mês de julho foram transferidos 41 Pataxó do P.I. Caramuru, de Itaju do Colônia que hoje têm suas terras invadidas por grandes latifundiários. O P.I. Caramuru bem como o P.I. Paraguassu foram desativados no tempo do SPI e até hoje não há nenhum posicionamento do órgão oficial em reativá-los.

- Apesar da propaganda oficial, de que a FUNAI "doou" 8000 hectares aos Pataxó de Barra Velha, sabe-se que isto é uma manobra política, pois os outros grupos Pataxó continuam sem assistência e os de Barra Velha, que têm o direito de posse desde o Império, teriam a área original muito superior aos 8000 hectares "doados" pela FUNAI, que praticamente se constitui de um imenso areal. A situação no sul da Bahia é crítica, sendo que quais quer problemas, a FUNAI os resolve de uma maneira bastante simplista: transfere-os para a Fazenda Guarani, que é uma região fria, montanhosa e improdutiva, por ter sido muito tempo fazenda cafeeira, tornando então aquela área como um "reduto de índios insatisfeitos", sendo que a maioria é Pataxó. Entretanto temos notícias da chegada de alguns "delinquentes", como por exemplo um Guajajara que "não sabe porque está ali". A situação da Fazenda Guarani é indefinida e é portanto necessária uma explicação clara da FUNAI para que se esclareçam acontecimentos até agora obscuros.

- Um exemplo é o povo Krenak que esteve ali exilado durante 8 anos de suas terras. Somente agora, em 11 de maio último, retomaram seu antigo território, onde permanecem até hoje sem nenhum posicionamento e garantia por parte do órgão tutelar.

O povo Krenak é um grupo descendente dos Botocudos que habitavam originalmente as margens do rio Doce, no município de Resplendor. Em 1972 a FUNAI abriu um processo contra os posseiros da região que estavam invadindo a área. O julgamento deu ganho de causa aos índios, mas a arbitrariedade se fez concreta com a conivência do Governo do Estado de Minas Gerais e da FUNAI transferindo este povo para a Fazenda Guarani e, assim, "solucionando o grave problema de terra no Krenak". Estes índios permaneceram na Fazenda Guarani ou imigraram-se para o MT ou SP em buscas de terras melhores, com rio e lugar de plantar. A transferência praticamente dizimou e exterminou o povo Krenak contando com a aprovação do então Presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo, do Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Rondon Pacheco, do Secretário da Agricultura de Minas Gerais, Sr. Alisson Paulinelli, e do Chefe da Ajudência Minas-Bahia, Capitão Manoel dos Santos Pinheiro.

Hoje o Krenak está mais firme do que nunca. E na certeza de seus direitos se dizem dispostos a lutar para garantir "a terra que foi de seus avós e por direito será de seus netos", saindo de lá somente mortos.

- Solidarizando na luta deste povo o grupo promoveu nos dias 2 e 3 de junho de 1980 um seminário em Belo Horizonte sobre a Terra Indígena.

abordando especificamente o caso Krenak. Desde seminário participaram Olímpio Serra, Rafael José Bastos de Menezes, Carmem Junqueira, Zelito Viana, Hildebrando Pontes Neto e um representante de CIMI-Leste. O seminário tirou um abaixo-assinado que foi enviado ao MINTER exigindo garantia de vida e da terra ao povo Krenak. Foram enviados também alimentos, com a ajuda de igrejas locais, para sustentar os índios até comecem a plantar (o que já vem ocorrendo).

Portanto o GREQUI está tentando acompanhar estas lutas, escutando a voz do índio para enfiar seus trabalhos. Estamos em processo de legalização, com um grupo de pessoas dispostas a acompanhar os grupos indígenas e estudando a situação, principalmente regional, para dar prosseguimento ao nosso trabalho.

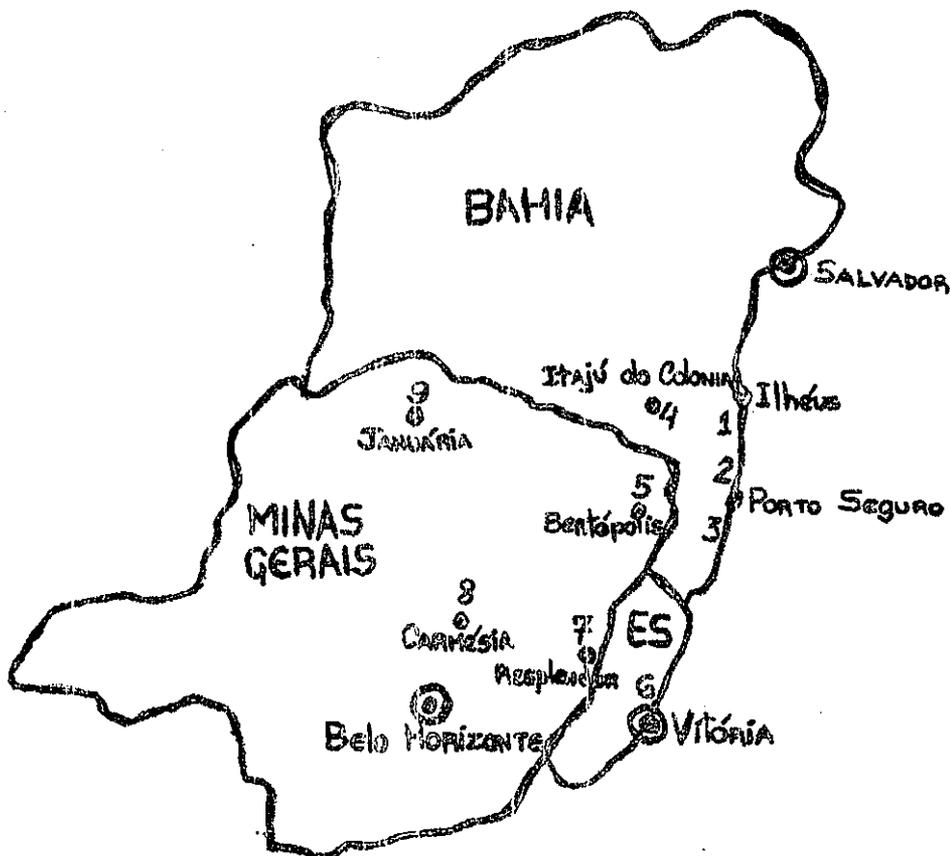
Este novo grupo que agora vem se firmando conta com a participação de antropólogos, professores, jornalistas, advogado (que vem acompanhando o caso Krenak), desenhistas, que estão contando com o apoio da FAPICH-UFMG e assim tentando uma maior conscientização da população a respeito do problema indígena.

Concluimos um áudio-visual baseado na história do povo Krenak que teve grande repercussão num concurso promovido em Belo Horizonte. Temos contato com músicos mineiros que se dispuseram a participar de shows em benefício do Grupo e da causa. ~~Um grupo de escritores e poetas se comprometeram a editar também um livro e um cartaz com as mesmas finalidades.~~

Estamos com isto ampliando nossos canais de manifestação, assim aumentando o número de simpatizantes à causa e fortalecendo as lutas.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A QUESTÃO INDIGENA

Belo Horizonte, 15 de agosto de 1980



- 1 - Pataxó de Olivença - Aproximadamente 493 indivíduos, de etnia não identificada. Convencionou-se chamá-los de Pataxó de Olivença. Vivem dispersos pelas fazendas da região.
- 2 - Pataxó de Coroa Vermelha - Não se sabe o número exato. São algumas famílias que vivem vendendo artesanado, sendo explorados pelos turistas que vão ali conhecer o local da 2ª Missa celebrada no Brasil.
- 3 - Pataxó de Barra Velha - Aproximadamente 1.700 indivíduos, que por direito do império possuíam 25.000 ha. Hoje a Funai "doou" 8.000 ha a este povo, sendo a constituição do terreno arenosa. Até há pouco tempo estes índios ocupavam 14.000 ha de onde vêm sendo expulsos.
- 4 - Pataxó Hã-Hã-Hã - dos postos Indígenas Caramuru e Paraguassu, desativados ainda no tempo do SPI. Não se sabe o número exato, pois estão dispersos em fazendas da região. Hoje estão sendo transferidos para a Fazenda Guarani. Duas famílias (dados de abril/80) permanecem na antiga sede do posto, garantindo suas terras.
- 5 - Maxakali - Aproximadamente 600 indivíduos. Se dividem em 2 áreas: Pradinho e Água Boa, onde há Posto da Funai. Possuem pouco contato com a sociedade envolvente, participando apenas das feiras durante fins de semana, nas cidades próximas, onde se embriagam ficando totalmente transtornados.
- 6 - Tupiniquim e Guarani + Demarcaram suas terras sozinhos. A multinacional Aracruz Celulose que tinha a posse ilegal das terras, ainda é um forte inimigo que cobiça os eucaliptos que estão na área indígena.
- 7 - Krenak - 45 indivíduos que retomaram suas terras em 11.05.80, de onde haviam sido expulsos em 1972. A situação da terra é indefinida, pois na permuta feita pela Funai a terra passou para o controle da Ruralminas. Eles têm documento de posse de 11.12.1920.

8 - Fz Guarani

9 - Jandaíra